

EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM RESP Nº 1.662.270 - SP (2017/0063429-1)

RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
EMBARGANTE : JOSE GERALDO DO CARMO
ADVOGADO : JOSÉ GERALDO DO CARMO (EM CAUSA PRÓPRIA) -
SP139531
EMBARGADO : HSBC BANK BRASIL S.A. - BANCO MÚLTIPLO
ADVOGADOS : JACK IZUMI OKADA E OUTRO(S) - SP090393
PRISCILA PICARELLI RUSSO - SP148717

DECISÃO

Cuida-se de embargos de divergência opostos por José Geraldo do Carmo em face de acórdão proferido pela Terceira Turma deste Superior Tribunal de Justiça, sob a relatoria do Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, que negou provimento a agravo interno do ora embargante, por incidência dos óbices processuais das Súmulas 5 e 7/STJ, conforme ementa com a seguinte redação (fl. 313):

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. LEGITIMIDADE DE PARTE. REEXAME DE PROVAS. SÚMULA Nº 7/STJ.

1. Recurso especial interposto contra acórdão publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).
2. Rever a conclusão do aresto impugnado encontra óbice, no caso concreto, na Súmula nº 7 do Superior Tribunal de Justiça.
3. Agravo interno não provido.

Alega o embargante que não se aplica a Súmula 7 deste Tribunal, que impede o reexame do conteúdo fático da demanda, diante de que o recurso especial foi admitido pela divergência, além de que confronta com julgado da Quarta Turma desta Corte, conforme decidido no REsp 1.036.530/SC (Rel. p/ acórdão Ministro Luis Felipe Salomão, por maioria, DJe de 15.8.2014 - fls. 326/351), que teria relevado o veto do verbete sumular e ingressado na análise do tema da legitimidade passiva da financeira/arrendante para fornecer documentos de liberação do veículo ao cessionário de contrato particular com o qual não anuiu, viabilizando a transferência do bem junto ao órgão de trânsito, por ausência de interesse na recusa após o completo pagamento.

Sustenta que a vontade do arrendante, no caso, passa a ser irrelevante ante

a completa quitação do financiamento.

Assim delimitada a controvérsia, promovo o exame da admissibilidade dos embargos.

A pretensão reformatória não vinga.

A aplicação do enunciado 7 da Súmula do STJ obsta o intuito de conhecimento do recurso, tendo em vista que não existe divergência entre julgado que aprecia o mérito, como no caso do paradigma, e outro que o submete a empecilho processual prévio.

Não cabe, todavia, como é notório, em embargos de divergência, reexaminar os pressupostos de conhecimento do recurso, para deles extrair conclusão diversa a respeito da incidência das regras técnicas de admissibilidade. Para exemplificar:

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA. PARADIGMAS ORIGINÁRIOS DA MESMA SEÇÃO E DE TURMA DE SEÇÃO DIVERSA. COMPETÊNCIA. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL NÃO DEMONSTRADO. DISCUSSÃO ACERCA DA APLICAÇÃO DE REGRA TÉCNICA RELATIVA AO CONHECIMENTO DO RECURSO ESPECIAL. IMPOSSIBILIDADE. DISSENSO INTERPRETATIVO NÃO CARACTERIZADO. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICO-JURÍDICA.

1. Quando suscitada a divergência com paradigmas da mesma seção e de turmas de seção diversa daquela de que provém o aresto embargado, ocorre a cisão do julgamento com primazia da Corte Especial, com posterior remessa à seção competente em relação aos demais paradigmas.
2. O dissídio jurisprudencial deve ser demonstrado conforme preceituado nos arts. 266, § 1º, e 255, § 2º, c/c o art. 546, parágrafo único, do CPC, mediante o cotejo analítico dos arestos, indicando-se as circunstâncias que identifiquem ou assemelhem os casos confrontados.
3. É inviável, em sede de embargos de divergência, discussão acerca da admissibilidade do recurso especial.
4. Não se caracteriza o dissenso interpretativo entre os julgados confrontados quando o paradigma conhece do recurso e adentra o mérito e o acórdão impugnado não ultrapassa o juízo de admissibilidade.
5. Embargos de divergência não conhecidos.

(Corte Especial, EREsp 1.004.472/PR, Rel. Ministro JOÃO

OTÁVIO DE NORONHA, DJe de 22.4.2013)

PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM RECURSO ESPECIAL. REGRA TÉCNICA DE ADMISSIBILIDADE DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM RECURSO ESPECIAL. IRPJ E CSLL. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS. ANO-BASE 1989. CORREÇÃO MONETÁRIA. OTN/BTNF. ÍNDICE OFICIAL. SÚMULA 168/STJ.

1. Não cabem embargos de divergência para a discussão de regra técnica de conhecimento de recurso especial, entendimento que se estende aos embargos de declaração em recurso especial.

2. A Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça firmou entendimento de que inexistente o direito do contribuinte a determinado índice de correção monetária nas demonstrações financeiras do ano-base de 1989, devendo prevalecer os índices legais, de modo que a OTN/BTNF é o índice oficial. Precedentes: EREsp. n. 953.012/RJ, Primeira Seção, Rel. Min. Humberto Martins, julgado em 11.4.2012; EREsp. n. 108.771/PR, Primeira Seção, Rel. Min. Teori Albino Zavascki, julgado em 29.2.2012; AgRg nos EREsp 962670/SP, Min. Herman Benjamin, DJe 06/09/2011.

3. Incidência da Súmula 168/STJ: "Não cabem embargos de divergência, quando a jurisprudência do Tribunal se firmou no mesmo sentido do acórdão embargado".

4. Embargos de divergência não conhecidos.

(1ª Seção, EREsp 604.673/PR, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, DJe de 29.5.2012)

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM RECURSO ESPECIAL. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL NÃO CONFIGURADO. EXAME DE REGRA TÉCNICA DE CONHECIMENTO DO RECURSO ESPECIAL. IMPOSSIBILIDADE. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICA E JURÍDICA ENTRE OS ARESTOS CONFRONTADOS.

1. Não cabem embargos de divergência para aferir quanto à correta aplicação de regra técnica concernente ao juízo de admissibilidade do recurso especial, notadamente aquela contida no verbete nº 7 da Súmula desta Corte.

2. Ademais, em sede de embargos de divergência, para a comprovação do dissídio, é indispensável a similitude fática das questões enfrentadas e a dissonância nas soluções jurídicas encontradas pelos acórdãos confrontados.

3. Embargos de divergência não conhecidos.

(2ª Seção, EREsp 933.355/SP, Rel. Ministro LUÍS FELIPE

SALOMÃO, DJe de 18.2.2011)

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA. ADMISSIBILIDADE. DISSÍDIO NÃO DEMONSTRADO. RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO. *PROCESSUAL CIVIL. ART. 515, § 3º, CPC. LEI N.º 10.352/2002. MANDADO DE SEGURANÇA. ANULAÇÃO DE REGISTRO DE MARCA.*

1. A admissão dos embargos de divergência reclama a comprovação do dissídio jurisprudencial na forma prevista pelo RISTJ, com a demonstração das circunstâncias que assemelham os casos confrontados.
2. A menção ao mesmo dispositivo por si só, com efeitos diversos não enseja de pronto divergência embargável
3. *In casu*, o acórdão paradigma conheceu e julgou o mérito do recurso, sendo certo que *en passant* aduziu à eficácia no tempo do art. 515, § 3º, do CPC ao passo que no aresto embargado citado dispositivo foi indicado, apenas, *obiter dictum*, por isso que, neste aresto o recurso não restou conhecido.
4. É cediço na Corte que não cabem embargos de divergência quanto o aresto paradigma adentra no mérito do recurso e o embargado limita-se a não conhece-lo.
5. Agravo regimental desprovido.

(Corte Especial, AgRg no EREsp 605.409/RJ, Rel. Ministro LUIZ FUX, unânime, DJU de 24.9.2007)

Cabe destacar, ademais, que o acórdão embargado também submeteu o especial ao óbice da Súmula 5/STJ, nele se travando discussão a respeito da possibilidade de o arrendante responder por multas e infrações após a compra e venda do veículo, para a qual concedeu financiamento, concluindo que a responsabilidade pela composição do prejuízo deve ser buscada junto ao adquirente, de cunho claramente indenizatório, portanto, o que não encontra paralelo no precedente paradigmático, que versa sobre ação declaratória de quitação de débito e liberação da alienação e documentos, quitado o contrato pelo cessionário sem que o arrendante tivesse conhecimento da cessão entre o arrendatário e o recorrente.

Em face do exposto, indefiro liminarmente os embargos de divergência.

Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 16 de março de 2020.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
Relatora